

Resolução

INTENSIFICAR A ACÇÃO INTEGRADA, REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO SINDICATOS MAIS FORTES, LUTA MAIS EFICAZ

A política de direita – agravada e ampliada nos últimos 4 anos pelo derrotado Governo PSD/CDS-PP – e a brutal ofensiva de desastre económico e social a que deu corpo, bem como as alterações operadas na estrutura empresarial e do emprego (nos sectores público e privado) e na organização do processo produtivo e do trabalho, têm colocado problemas novos ou com novas dimensões aos trabalhadores e às suas organizações de classe e exigências acrescidas ao trabalho de direcção, à intervenção e luta sindicais.

Problemas e exigências a que a CGTP-IN e o Movimento Sindical Unitário (MSU) que congrega têm respondido com determinação e firmeza, alicerçados no projecto sindical de classe que protagonizam, nos seus princípios e objectivos, e numa prática geradora de resultados. Também no plano da sindicalização e da organização de base, como o demonstra o **êxito alcançado no mandato cessante, até final de 2015, – mais 104.349 sindicalizações, 12.081 delegados eleitos e reeleitos e 1.657 representantes para a Segurança e Saúde no Trabalho (SST) –**, tão mais importante quanto obtido numa conjuntura de exponencial agravamento da exploração e do empobrecimento, superando, largamente, as metas definidas pelo XII Congresso da CGTP-IN.

Prática e resultados que confirmam que a **força dos Sindicatos** radica nos trabalhadores, unidos e organizados nos locais de trabalho – o nível de intervenção prioritário e determinante –, em torno dos seus interesses comuns e mobilizados para defenderem e efectivarem os seus direitos e lutarem pelas suas legítimas aspirações e por melhores condições de vida e de trabalho. Essa é a essência da sua natureza de classe, fonte da sindicalização e, por essa via, garante da autonomia e independência financeira do MSU.

A sindicalização é vital para a existência de Sindicatos fortes e de classe e determinante para a organização e para o desenvolvimento da acção e da luta. Para tal, é necessário garantir práticas de direcção e intervenção que assegurem a ligação aos trabalhadores, elevem a sua consciência social e de classe, a sua capacidade reivindicativa, a sua organização e participação e fortaleçam a sua unidade na acção, na luta pela resolução dos problemas.

O papel interventivo, o funcionamento regular e estruturado em objectivos e metas, a prestação de contas e a valorização dos resultados obtidos pelos Sindicatos e pela organização sindical de base – delegados sindicais, comissões sindicais e intersindicais – é garante da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e do reforço da sua confiança nas suas organizações de classe.

É neste quadro que o XIII Congresso da CGTP-IN:

1. **Reafirma a validade e importância estratégica e decisiva da acção sindical integrada**, orientada de acordo com os seguintes eixos fundamentais:
 - Identificação dos **locais de trabalho prioritários e estratégicos** (nos sectores público e privado), acompanhando as evoluções e procedendo às actualizações necessárias;
 - Assunção da **Ficha de Intervenção Sindical**, como instrumento fundamental para aprofundar o conhecimento da realidade em cada local de trabalho, identificar problemas e definir reivindicações, estabelecer metas, avaliar os resultados e assegurar a continuidade do trabalho;
 - Fortalecimento do papel de direcção e de coordenação, ajustando métodos e práticas de trabalho e de dinamização do **trabalho colectivo**, planeando, definindo objectivos, calendário e fases de execução, envolvendo e atribuindo responsabilidades e tarefas a todos os Dirigentes e Delegados Sindicais (de sindicalização e reforço da organização e no plano reivindicativo), rentabilizando os tempos e créditos de horas sindicais e os recursos, incentivando a militância sindical e estimulando a prestação de contas,

garantindo a avaliação mensal dos resultados, valorizando-os e encontrando formas de superar insuficiências e atrasos, com projecção do trabalho para o mês seguinte;

- Dinamização da **formação sindical** necessária, orientada para a aquisição de conhecimentos teóricos (enquadrados no projecto sindical de classe da CGTP-IN e do MSU) e práticos, indispensáveis para uma acção sindical consequente;
- **Divulgação dos direitos e articulação da acção reivindicativa com o trabalho de organização**, dinamizando a luta reivindicativa em resposta aos problemas concretos e imediatos dos trabalhadores, dando especial atenção à elevação da sua participação nas diversas fases dos processos e à sindicalização;
- **Reforço da estrutura, da sua representatividade e influência**, da sua capacidade de intervenção e mobilização e da cobertura, pelos Sindicatos do MSU, de todos os sectores, profissões e regiões do país, procedendo aos ajustamentos necessários na organização e na estrutura sindical, tendo em consideração que, qualquer decisão ou acção, em qualquer nível da estrutura, se repercute no plano geral, implicando a assunção prática do MSU como um todo;
- Descentralização dos Sindicatos, atendendo às suas necessidades de implantação nos respectivos âmbitos, assegurando quadros e meios para a acção e constituindo **Casas Sindicais**, em articulação com as Uniões, como base de delegações dos Sindicatos, **com serviços comuns, formas de coordenação, gestão integrada** (de serviços, equipamentos e outros meios técnicos e humanos) e **directão adequadas**, com respeito pela autonomia e identidade própria de cada organização;
- Controlo mensal da receita de quotização e intervenção imediata em caso de retenção patronal e implementação de uma prática regular de discussão e acompanhamento da situação financeira e da aplicação das medidas adequadas de gestão e **reestruturação administrativa e financeira** e da aplicação dos recursos;
- Cumprimento do dever de quotização sindical, respeitando o sistema instituído e o compromisso em vigor no MSU.

2. E decide fixar, para o mandato 2016-2020, os seguintes objectivos organizativos, a concretizar pelos Sindicatos do MSU, com o apoio das estruturas ao nível sectorial, regional e central:

- 110.000 novas sindicalizações;
- 11.000 novos mandatos de delegados sindicais;
- 1.100 novos mandatos de representantes para a SST.

Dando corpo ao lema central do XIII Congresso “*Organização, Unidade e Luta – a Força dos Trabalhadores*”, unindo os trabalhadores na mesma luta, a partir dos locais de trabalho, pela recuperação, defesa e melhoria dos seus direitos, pela valorização do trabalho e por uma **sociedade mais justa e de progresso social**, daremos passos na construção do **Portugal mais desenvolvido, solidário e soberano**, que Abril e os seus valores perspectivaram e a Constituição da República consagrou.

Almada, 26 e 27 de Fevereiro de 2016

O XIII Congresso da CGTP-IN